

Grupo de Trabalho de Conteúdo Local

Definição de prioridades para o ecossistema de conteúdo local em Cabo Delgado

17th Agosto de 2023

Evento híbrido realizado em linha via Teams e presencialmente no Kauri Resort, Pemba

No dia 17 de agosto, a MSP (Plataforma Multi-Stakeholder) para o desenvolvimento da região Norte realizou uma reunião do Grupo de Trabalho de Conteúdo Local centrada na "Definição de prioridades para o ecossistema de conteúdo local em Cabo Delgado" com a presença de 42 participantes (34 presenciais e 8 online).

O evento, que se realizou em Pemba, contou com a presença de funcionários do governo, empresas locais do sector privado, IOCs, ONGs, OSCs, agências da ONU e doadores. Tendo contado com as notas de abertura do CPDE-Centro de Provincial de Desenvolvimento Económico de Cabo Delgado em representação do governo provincial, o evento foi dividido em dois segmentos, i) um exercício de priorização para definir as principais prioridades do ecossistema de conteúdo local, seguido de ii) grupos de discussão que reuniram medidas acordadas em comum para abordar as questões identificadas.

A reunião teve os seguintes objectivos:

- Definir os sectores económicos essenciais para a recuperação económica e a estabilidade socioeconómica da província;
- Determinar de que forma o governo, o sector privado e os parceiros de desenvolvimento podem aumentar e melhorar o seu apoio às MPMEs locais e à melhoria das competências da mão de obra local.
- Identificar políticas críticas, regulamentações e outras medidas que possam apoiar o crescimento das MPMEs locais e o emprego local.

A reunião contou com a presença das seguintes organizações:



Notas de abertura:

Orador: Horácio Linaula- Diretor do Centro de Promoção de Desenvolvimento Económico de Cabo Delgado - CDPE

A intervenção questionou o atual nível de eficácia e alinhamento das iniciativas de conteúdo local em curso na província, apontando como exemplos de bom alinhamento a parceria entre o CPDE e a MozUp, MSP, TotalEnergies e ExxonMobil. Foi enfatizado que o CPDE é a instituição nomeada pelo Conselho Executivo Provincial para expandir a sua estratégia de desenvolvimento socioeconómico.

Além disso, foi levantada a necessidade de criação de uma estratégia a nível provincial em matéria de coordenação, sob a liderança do CPDE. Os principais resultados esperados do encontro incluem um debate realista para assegurar uma coordenação eficaz que tenha em conta as prioridades de cada organização e as necessidades prioritárias da população local, especialmente as dos distritos para onde os deslocados internos estão a regressar e precisam de ser reconstruídos

Objectivos da reunião:

Oradores: Danila Boneva - Directora, Secretariado do MSP & Lisandro Jordão - Analista, Secretariado do MSP

O Secretariado reforçou o papel essencial do investimento do sector privado e para o desenvolvimento da região Norte, estimulando rendimentos sustentáveis para as MPMEs locais e empregos para a mão de obra local. A reunião surgiu como parte da intenção da plataforma de reunir e criar um alinhamento das prioridades de conteúdo local entre várias partes interessadas, incluindo o governo, as empresas públicas e os parceiros de desenvolvimento com as OSC e o sector privado.

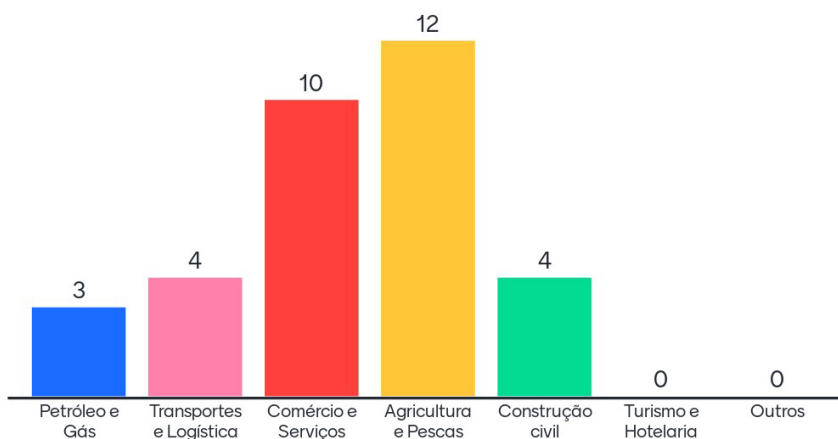
Nos últimos meses, a província demonstrou um forte desejo de retomar as actividades económicas, evidente através de uma sequência de eventos que construíram uma tendência ascendente de recuperação socioeconómica, nomeadamente:

- Aumento da estabilidade da segurança que motivou o regresso da população deslocada e o restabelecimento dos serviços públicos por parte do governo;
- Sensibilizou o reforço do apoio dos parceiros de desenvolvimento às infra-estruturas, ao acesso ao financiamento e à estabilidade socioeconómica;
- Em conjunto com uma maior confiança no sector privado para retomar as actividades.

Exercício de definição de prioridades:

Foi realizada uma sondagem em direto para avaliar as percepções do ecossistema de conteúdo local sobre as barreiras e soluções para a inserção de mão de obra local e a integração económica das MPME. Foram recolhidas as seguintes opiniões

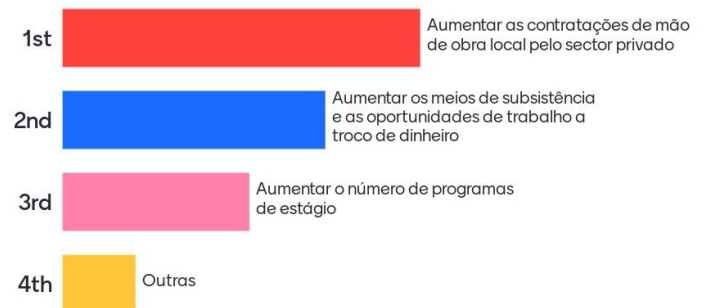
1. Qual é o sector com maior probabilidade de absorver mão de obra local em Cabo Delgado?



- De acordo com a sondagem, os resultados mostram que o sector da agricultura e pescas é o que tem maior potencial para absorver a população local em idade ativa, o que está alinhado com o facto de este sector assegurar a maior parte dos meios de subsistência na província. O segundo sector é o comércio e serviços, seguido da construção civil e dos transportes e logística.
- O sector do petróleo e do gás é considerado menos suscetível de absorver diretamente grandes porções da mão de obra local devido aos requisitos de mão de obra altamente especializada e aos acordos formais de emprego. Prevê-se que os projectos onshore possam empregar em massa durante a fase de construção, diminuindo drasticamente a procura a partir daí.

2. Qual é a medida prioritária para acelerar a taxa de emprego da mão de obra local na província?

- A sondagem demonstrou que se espera que as empresas do sector privado criem a maioria das novas oportunidades de emprego. No entanto, dados os constrangimentos enfrentados pelos empregadores das MPMEs da província para retomar as actividades económicas de modo a poderem gerar a procura esperada de empregos, foi sugerido que os decisores de nível superior dos planos e políticas de conteúdo local precisam de encontrar medidas alternativas para desbloquear a capacidade do sector privado de criar oportunidades de emprego, tais como o acesso ao financiamento e aos contratos.
- No entanto, reconheceu-se que os problemas do emprego local no país são estruturais e que não é viável que o sector privado assuma sozinho todo o peso desta responsabilidade.



3. Quais devem ser as medidas de conteúdo local prioritárias para a província?



- Além disso, a sondagem sugeriu que a redução dos obstáculos aos concursos para as MPME locais está entre as principais

prioridades do ecossistema de conteúdo local. Alguns dos obstáculos observados incluem - a exigência de apresentação de propostas e planos de negócios em inglês, certificação de qualidade e garantias bancárias mesmo para micro e pequenas empresas.

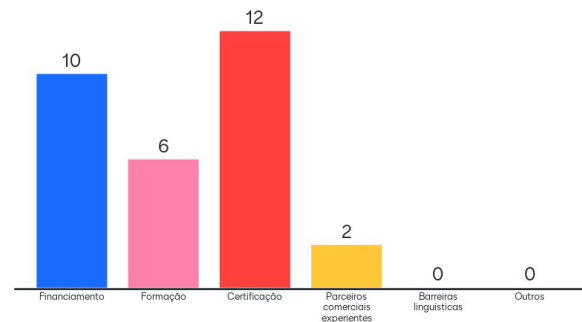
- É necessário que as iniciativas de conteúdo local coordenem as suas actividades para reduzir os obstáculos ao acesso.

- O acesso ao financiamento é difícil, uma vez que as instituições financeiras não dispõem de produtos financeiros adequados. Uma solução é a criação de um fundo de dimensão considerável, que possa investir nas MPME locais. O fundo disporá de um mecanismo de assistência técnica para apoiar a melhoria das competências das MPME (negócios, contabilidade, certificações, etc.). Os projectos actuais são demasiado fragmentados para produzirem resultados em grande escala.
- No que diz respeito à elaboração e adoção de uma lei sobre o conteúdo local, os

participantes consideraram-na uma das medidas críticas. A legislação actual inclui disposições relativas ao conteúdo local para diferentes sectores, como a construção civil (por exemplo, a obrigação de recrutar nacionais para determinadas actividades), a segurança e as telecomunicações. No entanto, a existência de uma lei de conteúdo local forte garantiria um cumprimento mais rigoroso. Alguns participantes argumentaram que uma política de conteúdo local seria suficiente em combinação com a legislação actual.

4. Quais são os obstáculos críticos que as MPME devem ultrapassar para aumentar a sua competitividade nos concursos públicos?

- A sondagem terminou com a identificação da certificação e do acesso ao financiamento como os obstáculos mais prementes para as MPME locais cumprirem os requisitos dos concursos de elevado valor.
- É necessário flexibilizar os requisitos para as empresas de nível inferior com capacidade limitada, quer técnica quer financeira, para aumentar as suas oportunidades de geração de receitas.
- As IOCs sublinharam que as MPMEs têm de se esforçar por cumprir alguns dos requisitos, como as normas de saúde, segurança e ambiente, que não são negociáveis para os megaprojectos, criando assim a necessidade de as MPMEs locais adaptarem as suas operações a
- os requisitos do sector.





- Os obstáculos podem ser reduzidos se o sector privado local estabelecer parcerias com empresas de maior dimensão e aumentar a confiança entre elas, para que possam apresentar propostas em consórcio e maximizar as suas hipóteses de ganhar concursos.

Grupos de discussão:

Os participantes formaram 2 grupos de discussão (um centrado no emprego e o outro nas MPME), orientados por três perguntas, como se segue:

- Que intervenções urgentes são necessárias por parte do governo, do sector privado, dos parceiros de desenvolvimento e das ONG para ajudar os intervenientes no ecossistema de conteúdos locais a ultrapassar os desafios identificados?
- Que medidas políticas, regulamentares, institucionais e outras podem estimular o crescimento das MPMEs locais ou o emprego de mão de obra local?
- Que medidas concretas podem os actores da província tomar para melhorar o cenário do conteúdo local na província?

Foram recolhidas as seguintes informações:

 <p>Criação de emprego</p>	<p>Intervenções de pressão:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Governo: - Criar uma base de dados partilhada entre o Governo de Moçambique e o sector privado de jovens locais com formação; • Sector privado: - Aumentar a partilha de informações entre empregadores sobre a reserva de talentos locais disponíveis através de referências entre pares; - Aumentar as parcerias de estágio entre empregadores e centros de formação; • ONG/OSC: - Fornecer kits de emprego para aumentar as oportunidades de autoemprego da mão de obra local, - Melhorar os currículos dos programas TVET com módulos de competências para a vida, - • Parceiros de desenvolvimento: - Financiar programas de formação TVET e de empreendedorismo; - Apoiar as empresas locais na criação de quotas de emprego e de aquisição de mão de obra local <hr/> <p>Reformas políticas e regulamentares:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fornecer incentivos fiscais às empresas que adquirem bens e serviços de MPMEs que empregam mão de obra local; • Simplificar os processos e custos de registo de empresas. • Impor quotas de emprego para os jovens locais. • Elaborar e adotar uma lei sobre o conteúdo local. • As políticas das empresas do sector privado e das ONG devem promover a aquisição de bens ou serviços de empresas que empregam mão de obra local <hr/> <p>Medidas de coordenação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criação/aproveitamento de plataformas de diálogo, como o PEM. • Melhoria da partilha de informações sobre a procura e a oferta de emprego; • Maior transparência na partilha de informações sobre as próximas oportunidades de concurso entre as partes interessadas.
 <p>Integração económica das MPME</p>	<p>Intervenções de pressão:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fornecimento fiável, atualizado e público de dados estatísticos; • Criação de um fundo sólido de conteúdo local para melhorar as competências das MPME locais e proporcionar-lhes um acesso adequado aos serviços financeiros; • Investimentos no sector da agricultura e das pescas, com destaque para a mecanização, o armazenamento e a logística; <hr/> <p>Reformas políticas e regulamentares:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Adoção da lei do conteúdo local • Implementação de planos de conteúdo local das lcos em coordenação com o sector privado local;

	<ul style="list-style-type: none"> • Conceder incentivos fiscais às MPME locais que empreguem mão de obra local; • Redução dos procedimentos burocráticos (ambiente favorável às empresas) e simplificação das importações.
	<p>Outras medidas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Requisitos reduzidos para financiar as MPME locais - diferenciar entre micro e pequenas empresas e médias e grandes empresas. • Promoção da cooperativa recentemente criada pelo CEP a nível distrital, de modo que os produtores agrícolas e os pescadores tirem partido do seu estatuto jurídico para poderem ter acesso a financiamento, contratos, etc.

Observações finais:

- O reforço das capacidades dos jovens locais deve ser objeto de maiores investimentos, com ênfase nas competências transversais.
- É necessário fazer ajustamentos e encontrar soluções intermédias, uma vez que não só os megaprojectos têm de adaptar os seus requisitos às empresas locais, mas também as MPME têm de melhorar a sua capacidade de cumprir as normas da indústria.
- O fundo de conteúdo local é um dos resultados mais significativos da reunião, especificamente porque pode constituir uma alternativa para as MPME locais terem acesso a financiamento sem dependerem de empréstimos comerciais, que são dispendiosos;
- As MPME locais e os representantes dos jovens devem continuar a participar nos grupos de trabalho e nos diálogos que se seguem, para que possam manifestar as suas preocupações e fazer parte das soluções.

Próximos passos:

- O Secretariado incentiva os intervenientes no ecossistema de conteúdo local a aproveitarem as soluções e medidas acordadas em comum durante a reunião para promover o diálogo e sensibilizar os potenciais investidores e parceiros de desenvolvimento nas próximas cimeiras de petróleo e gás no país e na região de África.
- Os principais destaques e ideias da reunião serão divulgados pela equipa do Secretariado através da MSP Newsletter, na Cimeira do Petróleo e Gás de setembro de 2023, para ajudar os actores de conteúdo local na estruturação de ideias para uma tomada de decisão mais informada.
- Informações adicionais sobre iniciativas como a cooperativa do CEP e o fundo do GAPI para as MPME locais serão amplamente partilhadas, para que os potenciais beneficiários possam ter mais informações.

Lista das organizações participantes:

- ENH
- SNV
- MozUp
- Fundação E35
- Gapi
- BAÚ
- CEAM LDA
- Grupo Leonardo
- Ajuda em Ação
- CPDE-CD
- Total de energias
- ADIN
- ENH
- SNV
- EuroCam
- OIM
- Serviços Deon
- Ascendente
- Aga Khan
- Azul
- Fundação Wiwanana
- CEP/CTA - CD
- IGET
- Associação Nacional de Jovens Empresários